

PA13893

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: +251 11 551 7700

Fax: +251 11

551 7844 Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima-sexta Sessão Ordinária

23 – 27 de Janeiro de 2015

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/864 (XXVI)vi

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE REFUGIADOS,
REGRESSADOS E DESLOCADOS INTERNOS
(JULHO – DEZEMBRO DE 2014)**

RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE REFUGIADOS, REGRESSADOS E DESLOCADOS INTERNOS (JULHO – DEZEMBRO DE 2014)

INTRODUÇÃO

1. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos e a Comissão da União Africana, em colaboração com os Parceiros da UA, desenvolveram diversas actividades programadas para o segundo semestre do ano 2014 conforme o Plano de Trabalho aprovado no princípio do ano.

ACTIVIDADES

Reuniões ordinárias e extraordinárias do Subcomité do CRP

2. No quadro das suas reuniões extraordinárias. A Mesa do Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizou em 23 de Julho de 2014 uma primeira reunião de trabalho com a Mesa do Subcomité do CRP para o Fundo Especial de Urgência de Luta Contra a Seca e a Fome em África (SEAF). Essa reunião que contou com a participação da Divisão dos Assuntos Humanitários do Departamento dos Assuntos Políticos e do Departamento dos Assuntos Sociais teve como objectivo iniciar um trabalho preliminar sobre a harmonização dos mandatos e os papéis dos dois Subcomités mas também e sobretudo realizar uma primeira discussão aprofundada sobre a resposta que a União Africana deverá reservar a Epidemia do Vírus do Ébola que iniciou na África Ocidental e noutras Regiões da África. Foi nessa reunião que foram definidas as primeiras directivas estratégicas a serem implementadas no seio da União Africana no quadro de uma resposta africana para a epidemia do Vírus do Ébola.

3. A Mesa do Subcomité do CRP reuniu-se em 8 de Janeiro de 2015 em reunião ordinária com vista a examinar o projecto do seu Relatório de Actividades e de trabalhar sobre a Agenda da próxima sessão plenária do Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocadas Internos.

4. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos reuniu-se em sessão plenária a 16 de Janeiro de 2015, para avaliar os progressos registados durante o período decorrente de Julho a Dezembro de 2014 e discutir as vias a seguir no futuro.

Participação nas actividades da Comissão da União Africana

5. No quadro da implementação do Plano de Acção de Kampala e conforme a prioridade estratégica do Departamento dos Assuntos Políticos para trabalhar no sentido de encontrar soluções duradouras aos desafios das deslocações forçadas das populações em África, a Comissão da União Africana organizou, de 12 a 14 de

Agosto de 2014 em Acra, uma reunião consultiva da UA dedicada a Convenção da União Africana sobre a Protecção e Assistência aos Deslocados Internos em África, actualmente designada “Convenção de Kampala”. Essa reunião cujo objectivo foi o de sensibilizar os Estados-membros para a assinatura, ratificação e aplicação da Convenção de Kampala contou com a participação de 8 Estados-membros da União Africana. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos foi representado nessa reunião por Sua Excelência Senhora Mmamosadinyana P.J. Molefe, Embaixadora da República do Botsuana e Representante Permanente junto da União Africana.

6. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos participou igualmente em duas outras actividades da Comissão da União Africana relativas a promoção e aplicação da Convenção de Campala. Essas actividades se realizaram no quadro da comemoração do segundo aniversário da data de 6 de Dezembro de 2012, data da entrada em vigor da Convenção de Kampala.

7. Trata-se, em primeiro lugar, da participação no Atelier de Formação sobre o Tema “*Responsabilidade nacional de proteger os Deslocados Internos*”, organizada, de 8 a 10 de Dezembro de 2014, na Sede da União Africana, em Adis Abeba, pela Comissão da União Africana (Departamento dos Assuntos Políticos) em colaboração com o Conselho Norueguês para os Refugiados (NRC) e o Centro de Observação das Situações de Deslocações Internas (IDMC). Esse workshop, no qual participou o Presidente do Subcomité do CRP, Representante Permanente da República de Moçambique junto da União Africana, teve como objectivo permitir aos Membros dos Parlamentos, principais Ministérios bem como a Sociedade Civil provenientes de 8 Estados-membros convidados para familiarizarem-se com a Convenção de Kampala e para que, por sua vez, sejam os mesmos a difundir essa Convenção nos seus respectivos Países e tornarem-se Embaixadores para sua ratificação e aplicação em África.

8. Trata-se, em segundo lugar, da participação na Jornada de Informação sobre a Convenção de Kampala, organizada, em 12 de Dezembro de 2014 em Genebra (Confederação Suíça) pela Delegação Permanente da União Africana em Genebra, em colaboração com o Departamento dos Assuntos Políticos. O Vice-presidente do Subcomité da CRP de Refugiados, Sua Excelência Senhor Lazare Makayat Safouesse, Embaixador da República do Congo e Representante Permanente junto da União Africana participou nessa actividade. Além da celebração, o Dia de Informações foi uma oportunidade de fazer uma apresentação geral da Convenção, situação da sua ratificação e sobre os esforços consentidos com vista a sua aplicação, nomeadamente no que concerne a sua incorporação nos ordenamentos jurídicos dos Estados Parte. Essa actividade beneficiou não apenas os Estados-membros do Grupo Africano e as Organizações Internacionais representadas em Genebra, mas igualmente os Parceiros que receberam melhor informação sobre o potencial, as realizações e os desafios que representam a junção desse instrumento jurídico ao arsenal normativo africano.

9. O Subcomité do CRP de Refugiados e a Comissão da União Africana participaram na Sexagésima Quinta Sessão do Comité Executivo do Programa do Alto Comissário (Ex-COM) que se realizou de 29 a 03 de Outubro de 2014 em Genebra (Confederação Suíça). Sua Excelência Senhora Fatouma Kaba, Embaixadora e Representante Permanente da República da Guiné acompanhou Sua Excelência Senhora Aisha L. Abdullahi, Comissária dos Assuntos Políticos para essa sexagésima quinta sessão. Os trabalhos dessa Sessão incidiram, no que concerne ao Continente africano, sobre a análise das principais situações dos refugiados e das deslocações internas em África, nomeadamente na República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Líbia, Mali, Somália, Sudão e Sudão do Sul sempre relevando os desafios operacionais e as implicações que essas situações provocam em termos de urgência. Essa Sessão foi a ocasião para os Estados-membros e outros participantes reiterarem o apelo para que mais atenção seja dada a prevenção de conflitos. Prevenção que necessita ainda mais de determinação e um engajamento político apoiado ao nível internacional para por termo aos conflitos e assim prevenir outras deslocações forçadas.

10. A 19 de Agosto de 2014, o Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos participou em 19 de Agosto de 2014 numa sessão pública do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana sobre a situação humanitária na República Centro-Africana, Sudão, Sudão do Sul e no Sahel. A Sessão foi organizada pela Comissão, em colaboração com os seus Parceiros, por ocasião da celebração da Jornada Mundial Humanitária. Essa Sessão Pública do CPS que contou com a participação dos Estados-membros da UA, Organizações do Sistema das Nações Unidas e das Organizações Humanitárias foi a ocasião para o Subcomité do CRP de Refugiados render homenagem aos humanitários que trabalham em condições muitas vezes difíceis e por vezes perigosas para irem em ajuda de pessoas e saudar a dedicação da qual fazem prova para responder as situações de urgência em África.

11. A 22 de Outubro de 2014, na Sede da União Africana em Adis Abeba, o Presidente do Subcomité do CRP de Refugiados e todos os Estados-membros participaram num Seminário sob o Tema "*Protecção dos Serviços dos Cuidados de Saúde nos conflitos armados e noutras situações de urgência*", organizado conjuntamente pela Comissão da União Africana e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR). O objectivo desse Seminário foi o de servir de fórum de discussão sobre o papel que a UA e os seus Estados-membros poderão jogar para abordar a questão da violência contra as pessoas e elaborar propostas concretas sobre as medidas a adoptar a nível nacional e continental para remediar essa situação. Esse Seminário reuniu as Representações Permanentes junto da UA, as Comunidades Económicas Regionais, Comissão da UA, a CICR, representantes das grandes instituições mundiais e os prestadores de cuidados de saúde em África.

12. O Subcomité do CRP de Refugiados e o Subcomité para o Fundo Especial de Urgência de Luta contra a Seca e a Fome em África (SEAF) participaram, de 27 a 29 de Novembro de 2014, em Nairobi, Quénia) no Simpósio Humanitário Anual da União Africana que teve como Tema: “Mundialização e Eficácia Humanitária em África”. Esse Simpósio da Divisão dos Assuntos Humanitários do Departamento dos Assuntos Políticos teve como objectivo estimular o debate sobre os novos desafios da acção humanitária e de chegar a um consenso sobre os meios para preencher o fosso existente entre o envio da acção humanitária e a sua eficácia. Esse Simpósio humanitário que reuniu eminentes peritos provenientes dos Estados-membros e profissionais de acção humanitária foi a ocasião para a União Africana iniciar as suas consultas para a formulação de uma posição comum africana para a Cimeira Mundial Humanitária prevista para Istambul (Turquia) em 2016.

Missões do Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos

13. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos efectuou diversas missões de avaliação humanitária com o apoio da Divisão dos Assuntos Humanitários e do Departamento dos Assuntos Políticos durante o período que decorreu de Julho a Dezembro de 2014. Essas missões entram no quadro d Decisão do Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos através da qual foi solicitado a Comissão para coordenar as missões no terreno nos Estados-membros da UA mais atingidos pelo problema das deslocações e outros desafios humanitários. Durante esse período, missões de avaliação humanitária foram realizadas nos seguintes Estados-membros:

- República do Madagáscar
- República do Zimbabwe
- República do Quénia
- República Centro-Africana

14. É necessário, desde o início, chamar a atenção para o facto de o Subcomité ter sido incapaz de concluir todas as missões de avaliação previstas no seu plano de trabalho anual para o segundo semestre do ano. Portanto, o Subcomité não foi capaz de realizar missões de avaliação ao Uganda para avaliar as condições dos refugiados da República Democrática do Congo e do Sudão do Sul; ao próprio Sudão do Sul e à República Árabe Sarauí Democrática. Em relação aos dois últimos países, o Comissário para os Assuntos Políticos realizou missões para esses locais, mas reconhece-se que não é da responsabilidade do Subcomité. Portanto, essas missões serão realizadas no primeiro semestre de 2015.

Missão na República do Madagáscar

15. O Subcomité do CRP de Refugiados deslocou-se a República do Madagáscar, de 15 a 19 de Agosto de 2014. Essa Missão foi conduzida por Sua

Excelência, Sr. Alain-Aimé Nyamitwe, Embaixador da República do Burundi na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana.

16. O objectivo dessa Missão foi o de avaliar o impacto das precipitações irregulares de Fevereiro de 2013, que provocaram inundações que causaram deslocamentos das populações e destruições de propriedades, e deste modo, permitir ao Subcomité do CRP de Refugiados poder se pronunciar sobre os meios de resposta eficaz a essa situação de catástrofe e recomendar medidas apropriadas que poderão ser tomadas em apoio ao Governo e Povo do Madagáscar.

17. Após ter-se encontrado com as Autoridades competentes responsáveis pelos assuntos humanitários, a Missão se deslocou ao Sudeste do País na Cidade de Toliara a 936 quilómetros da Capital. Toliara é uma das principais cidades do País que foram atingidas pelo Ciclone Haruna no mês de Fevereiro. O Fiherena, principal rio sazonal que contorna a Cidade, transbordou e provocou uma inundação sem precedente. Vários quarteirões ficaram submergidos por mais de quatro metros de água que provocou a morte de dezena de pessoas e fez dezenas de milhares de sinistrados e de deslocados. Segundo as estatísticas da época, 90% da Cidade de Toliara foi invadida pela água.

18. A Missão visitou diferentes locais que foram atingidos pelo Ciclone e as inundações em Toliara cuja barragem foi destruído pelo Ciclone e o ginásio que acolheu um número significativo de pessoas deslocadas.

19. Em resposta a urgência humanitária na República do Madagáscar, o Subcomité do CRP de Refugiados fez uma doação no valor de 100.000 \$EU para apoio aos esforços de reconstrução do Dique que cedeu em Toliara.

20. Foram igualmente feitas recomendações ao Governo da República do Madagáscar no sentido de desenvolver um sistema de alerta prévio na região sul, de modo a permitir que a região esteja melhor preparada com relação aos ciclones e inundações e criar consciência pública sobre a protecção ambiental.

Missão a República do Zimbabwe

21. O Subcomité do CRP deslocou-se a República do Zimbabwe, de 06 a 10 de Outubro de 2014. Essa Missão foi liderada por Sua Excelência Senhora Catherine Muigai Mwangi, Embaixadora da República do Quênia na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica para África.

22. A missão avaliou o impacto humanitário das precipitações irregulares ocorridas no País entre a metade de Janeiro e princípios de Fevereiro de 2014 no Sudeste do Zimbabwe, na Província de Masvingo que provocaram enormes danos materiais e deslocamento de pessoas. Essa Missão teve como objectivo permitir o Subcomité do CRP de Refugiados avaliar os danos causados e sobre as melhores formas de apoiar as respostas do Governo à situação e recomendar medidas

apropriadas que deverão ser implementadas para apoiar o Governo e o Povo do Zimbabwe.

23. A Missão efectuou uma visita a Barragem de Tokwe Mukorsi. No quadro do Projecto de Construção dessa Barragem, um Plano de reinstalação progressiva foi elaborado para reinstalar um total de 6 393 famílias (cerca de 32 000 pessoas) e seus 18 764 bois o mais tardar até Outubro de 2015. Entretanto, não era previsível que o nível do rio aumentasse tão rapidamente nessa Província de Masvingo que é geralmente seca. Antes das precipitações de metade de Janeiro e Fevereiro de 2014 o Governo conseguiu reinstalar apenas 611 famílias. O resto das famílias foram atingidas pela forte pluviométrica que levou o Governo a declarar catástrofes naturais na Região.

24. A Missão deslocou-se igualmente ao local da reinstalação de Chingwizi para se inteirar da situação das pessoas internamente deslocadas e avaliar as necessidades em água, educação, saúde e nutrição.

25. No quadro das suas recomendações, a Missão sublinhou que apenas a estabilização da comunidade deslocada será uma solução duradoura para as famílias reinstaladas. Em resposta a essa situação humanitária e no quadro do apoio da UA ao Governo e ao Povo do Zimbabwe, foi feito um gesto de solidariedade de 100.000 \$EU pelo Subcomité do CRP de Refugiados para as populações deslocadas que vivem no local da reinstalação de Chingwizi.

Missão a República do Quénia

26. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos deslocou-se em Missão de Avaliação Humanitária a República do Quénia, de 20 a 25 de Novembro de 2014. Essa Missão foi conduzida por Sua Excelência Senhor Manuel Gonçalves, Embaixador da República de Moçambique na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica para África. A Agência Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) participou igualmente na missão.

27. A avaliação da situação humanitária na República do Quénia foi julgada necessária por razões de deslocação massiva das populações ocorrida após a violência pós-eleitoral de 2007-2008. A violência pós-eleitoral provocou a deslocação de mais de 664.000 pessoas no Norte da Província do Rift Valley e noutras Províncias do País. É nesse sentido que a Comissão chamou à atenção do Presidente do Subcomité para a necessidade de avaliar a situação tendo em conta o facto de, apesar do Quénia ainda não ter ratificado a Convenção de Kampala, implementou-a, no entanto, e promulgou uma Lei do Parlamento, aplicando deste modo a Convenção a nível local.

28. A Missão do Subcomité do CRP de Refugiados deslocou-se à Província do Rift Valley para visitar os locais de reinstalação de Maai Mahiu e de Shallom no

distrito de Nakuru e de outros locais de Uasin Gishu a fim de se inteirar, primeira mão, da situação actual das vítimas dessas violências e avaliar as medidas de resposta tomadas pelo Governo do Quênia no cumprimento das suas obrigações como Estado de proteger e prestar socorro e assistência às populações afectadas.

29. Nesse sentido, a Missão pôde assim se inteirar dos esforços envidados pelo Governo do Quênia para ajudar as populações deslocadas. Em Janeiro de 2008, na sequência da crise pós eleitoral, o Governo do Quênia criou um Fundo Humanitário Nacional especificamente para facilitar o processo de reinstalação das pessoas internamente deslocadas. Em Fevereiro do mesmo ano, o Governo criou um Conselho Consultivo para implementar as directivas emitidas pelo Governo sobre as estratégias de reinstalação das pessoas internamente deslocadas. A implementação dessas estratégias governamentais se materializou através das actividades de transferências monetárias para as famílias, aquisição de terras e da construção de casas para a reinstalação das pessoas deslocadas. Num total de 245 416 famílias deslocadas directas das violências pós eleitoral dos anos 2007/2008, o Governo reinstalou mais que esse número ou seja 303.466 famílias deslocadas. O reassentamento consistiu na construção de casas e/ou contribuição monetária do governo para algumas famílias.

30. O número total de famílias reassentadas excedeu o número inicial de deslocados. Este foi contabilizado devido ao facto do programa ter atendido mais pessoas deslocadas, tais como “despejados florestais” devido à degradação ambiental, bem como casos de transferências de vários deslocamentos anteriores das anteriores crises políticas no país.

31. O principal programa embarcado pelo governo foi o programa “rudi Nyumbani”, em que 74.847 famílias retornaram e foram reassentadas nas suas casas anteriores. O governo construiu um total de 71.473 casas para pessoas deslocadas internamente. O programa abrangeu distritos nas seguintes províncias: Províncias Central, Coast, Eastern, Nairobi, Nyanza, Rift Valley e Western. A província que recebeu a maior assistência nesse sentido foi o distrito de Rift Valley, com mais de 55.977 casas construídas. 12 distritos na Província do Rift Valley foram beneficiários de assistência do governo a partir do programa, com os distritos de Nakuru e Uasin Gishu beneficiados com a construção de 18.287 e 12.441 casas, respectivamente.

Missão a República Centro-Africana

32. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos deslocou-se em Missão de Avaliação Humanitária a República Centro-Africana, de 26 a 31 de Dezembro de 2014. Essa Missão foi conduzida por Sua Excelência Senhor Mohamed Edress, Embaixador da República Árabe do Egipto na Etiópia e Representante Permanente junto da União Africana e da Comissão Económica para África. A missão avaliou a actual situação humanitária no país, que esteve envolvido

numa situação de conflito, e decidiu qual a melhor forma de elaboração de uma resposta africana para abordar a situação humanitária.

33. Desde a última instabilidade civil em Dezembro de 2013, o agravamento da crise na República Centro-Africana levantou uma necessidade urgente de assistência humanitária para mais de 2,5 milhões de pessoas, incluindo mais de 450.000 deslocados internos em quase todas as cidades do país; enquanto mais de 419.000 refugiados espalhados por quatro países vizinhos (Camarões, Congo, República Democrática do Congo e Chade).

34. A actual situação humanitária na RCA permanece preocupante com um número de mais de 334.000 deslocados internos em 38 locais. A situação de segurança melhorou consideravelmente na Capital Bangui, apesar de ainda prevalecer tensão nas Comunas periféricas. A situação humanitária e de segurança no futuro na República Centro-Africana irá depender, em grande medida, do fim a dar às negociações políticas em curso entre os diferentes protagonistas da crise da República Centro-Africana e aos esforços da restauração da autoridade do Estado em todo o território.

35. A delegação reuniu-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro dos Assuntos Sociais e humanitários do Governo de Transição da RCA e posteriormente, realizou conversações com diversos actores que trabalham no domínio humanitário na RCA e visitou os campos das pessoas internamente deslocadas de PK5 onde está acantonada a população muçulmana da Capital, bem como o Campo Mpoko do Aeroporto de Bangui que conta actualmente com cerca de 20.000 deslocados internos.

36. A Missão, liderada pelo Embaixador Mohamed Edress, visitou igualmente as instalações da Cruz Vermelha Centro-Africana onde foi informada sobre o trabalho que essa organização humanitária continua a desenvolver para prestar assistência e socorro às pessoas vítimas dos conflitos.

37. Em jeito de resposta à emergência humanitária na República Centro-Africana, o Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos da União Africana doou a quantia de 100.000 \$EU à Cruz Vermelha da República Centro-africano para apoiar os esforços louváveis a serem levados a cabo pela organização local no auxílio ao Governo da República Centro-africana na prestação dos primeiros socorros às vítimas dos conflitos, melhoria do acesso das populações deslocadas à água potável, promoção do Direito Internacional Humanitário (DIH), e facilitação do restabelecimento de laços familiares. A implementação da utilização da doação será monitorizada pelo Gabinete de Ligação da UA junto da República Centro-Africana.

CONCLUSÃO

38. O Subcomité do CRP de Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos realizou com satisfação o seu Plano de Trabalho 2014 e desejaria continuar com o mesmo engajamento e dinamismo durante os próximos anos. Tendo em conta a variedade de desafios humanitários com os quais o Continente se confronta e enquanto aguarda pela adopção do seu programa de trabalho para o ano de 2015, o Subcomité prevê, durante este novo ano, concentrar-se às seguintes actividades:

- a) *Continuar a efectuar missões aos Países mais atingidos pelo problema dos refugiados, repatriados e pessoas deslocadas;*
- b) *Procurar ocasiões para sensibilizar sobre as respostas apropriadas aos alertas precoces em caso de crise humanitária resultante tanto dos conflitos como das catástrofes naturais;*
- c) *Contribuir para a promoção dos instrumentos jurídicos da União Africana relativos as questões humanitárias;*
- d) *Continuar a trabalhar na preparação de uma posição comum africana para a Cimeira Mundial Humanitária de 2016 em Istambul (Turquia);*
- e) *Participar nos trabalhos do CTE para migração, refugiados e deslocados.*

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO HUMANITÁRIA
EM ÁFRICA**

JULHO– DEZEMBRO DE 2014

I. INTRODUÇÃO

1. O relatório apresenta uma síntese global da situação humanitária do continente e analisa os desafios e prioridades-chave das populações em situações de conflito e afectadas por catástrofes, bem como populações específicas que constituem motivo de preocupação em cada região. Apresenta igualmente uma informação sobre as actividades realizadas pela Comissão da União Africana durante o ano. A informação contida neste relatório foi fornecida por alguns Estados-membros, a partir de visitas no terreno efectuadas pela Comissão e pelo Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Deslocados Internos, bem como por parceiros da União Africana e outras agências humanitárias no terreno.

II. SÍNTESE GERAL DA SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM ÁFRICA

2. Em termos gerais, a situação humanitária em África é caracterizada por conflitos em curso, instabilidade persistente e condições climáticas severas e erráticas que contribuem para uma considerável insegurança alimentar e outras consequências humanitárias preocupantes, incluindo deslocações maciças a nível nacional e além-fronteiras. Nos últimos seis meses, África continuou a ter novas vagas de insegurança preocupantes na Líbia, RCA, Leste da RDC, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão, o que causou novas situações de deslocamentos de pessoas com enormes consequências humanitárias.

3. O conflito no Sudão do Sul resultou na deslocação maciça de pessoas dentro e fora do país. Este conflito levou a uma grave crise humanitária provocada pela insegurança alimentar decorrente da incapacidade da população de praticar a agricultura cuja consequência é a ameaça da fome no país. O conflito na República Centro Africana continua, e isto é agravado pela terrível crise humanitária, por um lado, e por estar a causar deslocamentos forçados dentro da República Centro-Africana e nos países vizinhos, especialmente no Chade e nos Camarões, por outro lado. Além disso, as situações de conflito na Somália e no Sudão do Sul continuam a causar deslocamentos de pessoas nas respectivas fronteiras, com destino à Etiópia e ao Quénia, bem como ao Sudão, que acolhe actualmente mais de 115 000 refugiados do Sul do Sudão. A situação tem sido agravada pelo fluxo adicional de refugiados para a Etiópia, em particular, do Sudão do Sul como consequência do recomeço das hostilidades naquele país nos últimos seis meses, o que torna a Etiópia o maior destinatário de refugiados. O conflito em Darfur, Kordofan do Sul e Estados do Nilo Azul no Sudão continua a ser o motor das deslocamentos tanto internas como externas para países como a Etiópia e Chade.

4. Ao mesmo tempo, as insurgências e os conflitos na Líbia e na Nigéria são igualmente factores imediatos que estão a causar deslocações maciças de pessoas nestes países para os países vizinhos. Só na Nigéria, a Agência de Gestão de Emergência Nacional coloca o número de pessoas deslocadas internamente em aproximadamente 3 milhões, este número foi apoiado pelo Centro Interno de Monitorização de Deslocações (IDMC) ¹, enquanto o conflito na Líbia resultou na deslocação interna de 454.000 pessoas². Tudo considerado, números da agência global com o mandato para as deslocações forçadas e outras ONGs internacionais tais como o IDMC colocam o Sudão em 3.400.000 milhões de deslocados internos (PDI)³, leste da RDC (2.715.000)⁴, Sudão do Sul (1.498.500)⁵, Somália (1.107.000)⁶, Líbia 454.000, RCA (438.500)⁷ e Mali (101.279)⁸

5. A insegurança alimentar e a vulnerabilidade prolongadas na região do Sahel, bem como as sinas de alerta da IGAD e de parceiros de desenvolvimento no Corno de África, destacam a ameaça de seca e de crise alimentar e fome em algumas partes do Corno de África incluindo no Sudão do Sul e outras partes do continente. Estas múltiplas, repetidas e cada vez mais frequentes catástrofes lentas, agravadas e impulsionadas pela instabilidade política nos países afectados estão a reduzir a capacidade de resposta das comunidades afectadas bem como a sua capacidade de recuperar das crises.

6. Maior atenção deve ser prestada à questão do alerta precoce e prontidão por parte das autoridades locais e nacionais, bem como à questão de investimentos adequados no reforço da resiliência das comunidades de gerir catástrofes aos níveis nacional, regional e continental. Em 2014, foram recebidos alertas precoces sobre a ameaça de seca e crise alimentar em partes do Corno de África, incluindo a fome na Somália e no Sudão do Sul, tendo o conflito sido o motor. Com efeito, a eclosão do conflito no Sudão do Sul criou um *stress* adicional numa região que já tinha de gerir bolsas de vulnerabilidade e insegurança alimentar crónicas.

7. Na Somália, as populações que enfrentam graves crises de segurança alimentar, a maioria das quais internamente deslocadas, encontram-se em grandes números nas zonas rurais e urbanas, nomeadamente Sanaag, Sool, Bari, Nugaai, norte e sul de Mudug, Galgaddug, Hiran bem como nas regiões média e inferior de Juba e na Somália Central Sul. Estas zonas continuaram a enfrentar crises de segurança alimentar repetidas nos últimos seis meses e têm continuamente registado preocupantes altos níveis de desnutrição. Além dos factores acima

¹ IDMC, A Panorâmica Global (The Global Overview), Maio de 2014

² Relatório do IDMC, Novembro de 2014

³ Relatório do IDMC, Outubro de 2014

⁴ Relatório do IDMC, Setembro de 2014

⁵ Relatório do IDMC, Janeiro de 2015

⁶ Relatório do IDMC, Dezembro de 2014

⁷ Relatório do IDMC, Janeiro de 2015

⁸ Relatório do IDMC, Agosto de 2014

mencionados, condições ambientais, associadas à instabilidade política e à prevalência de conflitos e insegurança, tornaram milhões de pessoas na sub-região vulneráveis à insegurança alimentar e desnutrição graves.

8. O aumento crescente da imigração irregular, dentro do continente africano e para a Europa e Médio Oriente também teve consequências devastadoras para o continente. Os Africanos continuam a fugir da pobreza e dos conflitos, e os últimos seis meses não foram excepção. Os movimentos migratórios mistos e irregulares são agora perenes para Europa via países da África do Norte e para o leste via Mar Vermelho para o Iémen em direcção à Arabia Saudita e aos Países do Golfo.

9. O número de pessoas em dificuldade em África cresceu para 15.100.000⁹, tendo aumentado em mais de 500.000 em 2014, à medida que o conflito, a violência e os abusos dos direitos humanos, continuaram a criar mais deslocados de acordo com o ACNUR. Este número inclui 3.4 Milhões de refugiados, 400.000 Requerentes de Asilo e cerca de 270.000 Repatriados à Somália e ao Mali. Além disso, estima-se que existem 721.360 Apátridas em África, dos quais mais de 90% se encontram na África Ocidental. Existem ainda enormes necessidades, tanto imediatas como de longo prazo, dos repatriados, das comunidades de acolhimento e das comunidades nas zonas de retorno que devem ser satisfeitas. Recursos adequados e sustentáveis necessitam de ser mobilizados para o processo de reintegração.

10. Ademais, existe a trágica situação de milhões de pessoas que permanecem no exílio há décadas. Elas encontram-se em situações de perfil baixo mas de alto risco, com implicações humanitárias e de segurança sérias. Existem várias situações de refugiados que se arrastam, incluindo a dos Grandes Lagos, a de Darfur e a da República Árabe Sarai. As causas subjacentes a esta população de refugiados de longa data derivam de conflitos persistentes que geram uma insegurança regional crónica. Esforços acrescidos necessitam de ser envidados no que respeita às necessidades humanitárias e a soluções duradouras para as causas subjacentes aos deslocamentos.

11. O continente enfrentou uma série de emergências de saúde pública, no segundo semestre de 2014. O surto de Ebola na África Ocidental afecta agora quatro países da região. Até agora 20.206 pessoas foram infectadas e segundo fontes 7.905 morreram¹⁰. Enquanto a taxa de infecção está alegadamente a diminuir na Libéria, o mesmo não é o caso na Serra Leoa. Deve-se prestar maior atenção em garantir a observação rigorosa de medidas que visam conter a doença, tais como a quarentena e ausência de contacto físico com pessoas infectadas e/ou cadáveres.

⁹ Apelo Global do ACNUR (*UNHCR Global Appeal*), 2015

¹⁰ Roteiro da Resposta ao Vírus do Ebola, Relatório de ponto de situação, Dezembro de 2014

12. Outra crise de saúde que ocorreu em grande parte do continente foi a epidemia de sarampo, tendo 34.105 casos sido registados desde o início de 2014 no Chade, Benim, Camarões, Guiné, Nigéria, República Democrática do Congo e República Centro-Africana, países que acolhem igualmente populações deslocadas. Orientações mais fortes e quadros para resposta são necessários, dada a natureza transnacional destas emergências.

13. Os encargos enfrentados por muitos Estados-Membros no que diz respeito às consideráveis populações de refugiados que acolhem devem ser enfatizados. Embora as preocupações legítimas dos Estados-membros relativamente à segurança e às pressões sociais e económicas devam ser abordadas, os Estados-membros devem observar igualmente as suas obrigações internacionais e regionais no que diz respeito às populações deslocadas nos seus territórios e garantir o cumprimento dessas obrigações. São necessárias medidas holísticas e de longo alcance para garantir que as causas do deslocamento sejam abordadas e o estabelecimento de medidas para o regresso voluntário e apoiado e a reintegração das populações.

14. Sem dúvida que foram realizados progressos enormes no que refere à abordagem dos desafios humanitários em África, mas o continente ainda terá de fazer face a muitos desafios. A Comissão em estreita cooperação e colaboração com os Estados-membros, o Subcomité do CRP para os Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas Internamente, as Comunidades Económicas Regionais, os Parceiros da UA e outras organizações relevantes continuará a avançar na busca de soluções duráveis e holísticas para o problema da deslocação forçada da população e outras prioridades humanitárias do continente. Isto será feito através da promoção e integração na legislação nacional de políticas e instrumentos pertinentes, mobilização de recursos nacionais e externos e o reforço das capacidades aos níveis local, nacional e regional, com vista a responder os urgentes desafios humanitários.

III. ANÁLISE REGIONAL

REGIÃO NORTE

15. O segundo semestre de 2014 registou mais perda de vidas de imigrantes e requerentes de asilo do que anteriormente, quando estes tentavam atravessar para a Europa e Iémen em direcção à Arábia Saudita e outros países do Golfo Pérsico. A Região Norte realizou enormes progressos em termos da transformação democrática que teve lugar. No entanto, a região continua a ser a principal rota de trânsito para a migração irregular, particularmente do Corno de África e dos Estados vizinhos. Espera-se que leis de imigração e políticas mais rigorosas nos países de destino preferencial, bem como a construção de barreiras nas fronteiras desviem os

fluxos de migração da passagem norte (rumo a Israel) e a rota leste (em direcção a Arábia Saudita) para rotas alternativas.

16. A situação no **Saara Ocidental** continua num impasse, continuando a população a viver no deserto do Saara próximo dos campos de refugiados de Tindouf na **Argélia**. O encargo para o país anfitrião, há quase 4 décadas, continua a ser elevado e o sofrimento das pessoas que dependem totalmente da ajuda humanitária abismal. O cansaço dos doadores alastrou-se, sendo portanto necessário debater a questão de recursos humanitários mais sustentáveis. Continuam a ser veiculadas informações sobre abusos de direitos humanos nos territórios ocupados do Saara Ocidental, onde não existe nenhum mandato de monitorização de Direitos Humanos por parte da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). Os esforços da Comissão Africana dos Direitos do Homem foram infrutíferos, dado que a referida Comissão não conseguiu obter permissão para visitar os territórios ocupados.

17. A situação dos refugiados e requerentes de asilo na Líbia continua a ser motivo de preocupação. De acordo com o ACNUR, 37.000 pessoas estão registadas no ACNUR em Trípoli e Benghazi, estando muitas destas pessoas a viver em zonas fortemente danificadas pelos combates e incapazes de sair das mesmas para outras mais seguras devido aos confrontos em curso¹¹. No meio da crescente insegurança, milhares de pessoas desesperadas estão a optar por viagens perigosas por mar para a Europa. Estima-se que cerca de 88.000 pessoas desembarcaram na Itália em 2014, dos quais se acredita que 77.000 são provenientes da Líbia¹². Isto é quase mais do que o dobro do número conhecido de travessias no ano passado. Com a continuação da intensificação dos combates entre grupos rivais armados em diversas zonas na Líbia, a deslocação interna está actualmente estimada em 287.000 pessoas em 29 cidades e vilas, em todo o país.

18. Apesar de dois anos de boa colheita, a Mauritânia continua ainda a sentir os efeitos da crise de alimentar e nutricional do Sahel de 2012¹³. 1 Milhão de pessoas necessita de assistência humanitária devido à insegurança alimentar. 126.000 Crianças menores de cinco anos de idade estão desnutridas. A Mauritânia continua a ser o maior destinatário dos refugiados do Mali com o acampamento de Mbéra, perto da fronteira com o Mali, a acolher neste momento cerca de 59.100 pessoas.

REGIÃO OCIDENTAL

19. Região Ocidental, continuou a enfrentar desafios em matéria de segurança, estabilidade, segurança alimentar, nutrição e deslocações. Prevê-se um aumento

¹¹ Notas do ACNUR (UNHCR Briefing Notes,) Agosto de 2014

¹² Ibid

¹³ Boletim Humanitário do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (**UNOCHA**), Edição nº12, 2014

do número de pessoas em situação de insegurança alimentar, particularmente no **Norte da Nigéria, Norte dos Camarões, Mali e Senegal**. Isto deve-se a uma combinação de factores tanto graves como crónicos, tais como as alterações climáticas, os conflitos, a redução da produção e o crescimento populacional. A violência, a insurreição e a insegurança forçaram mais de 2 milhões de pessoas a abandonarem as suas casas na região, levando a uma crise prolongada de deslocações de pessoas. Espera-se que a Estratégia Integrada da ONU para o Sahel, a Estratégia da UA para o Sahel e a Estratégia da CEDEAO para o Sahel possam colectivamente melhorar a coordenação entre os intervenientes, priorizar acções e mobilizar recursos para o reforço da resistência da região.

20. A região assistiu a um surto sem precedentes da febre Ebola em Março de 2014, em áreas do Sudeste da **Guiné**, a primeira epidemia deste tipo em duas décadas. Embora todos os esforços estejam a ser envidados para conter e erradicar a epidemia, o surto tem continuado a devastar os países mais afectados, a Libéria e a Serra Leoa, matando milhares de pessoas e criando medo e paranóia na região e em todo o mundo. Nos países mais afectados, a reabertura anual das escolas para o ano lectivo 2014-2015 foi adiada, num esforço de conter a propagação da doença. Uma medida pedagógica temporária foi tomada para minimizar a falta de aulas, que consiste na escuta de transmissões de rádio educacionais das disciplinas principais do currículo em casa.

21. A União Africana estabeleceu o Apoio da União Africana para o Surto do Vírus do Ebola na África Ocidental (ASEOWA), colocando equipas de pessoal médico voluntário na Libéria e Serra Leoa. A ONU estabeleceu também a Missão das Nações Unidas para a Resposta de Emergência ao Surto de Ebola (UNMEER), com sede no Gana, com escritórios na Libéria, Guiné e Sierra Leone. A Grã-Bretanha, França e EUA, também contribuíram com consideráveis recursos financeiros, e humanos para combater a epidemia. Embora ensaios clínicos estejam em curso para a produção de uma vacina no início 2015, todos os sectores da sociedade foram afectados nos países mais atingidos.

22. Como nos anos anteriores, o Níger foi confrontado com uma insegurança alimentar crónica, que afectou aproximadamente 4 milhões de pessoas e mais de 1 milhão de crianças que se encontram numa situação de desnutrição moderada ou grave, enquanto 1 milhão de pessoas enfrenta uma grave escassez de produtos alimentares. O país registou uma queda na produção de cereais e continua a sofrer as consequências de choques repetidos, incluindo chuvas e inundações que tiveram lugar em 2013 e que levaram à destruição de terras agrícolas e bens. O governo está a implementar um plano agrícola abrangente para abordar a insegurança alimentar crónica, ligando os esforços humanitários e de desenvolvimento, particularmente em zonas altamente vulneráveis. As ameaças de insegurança também persistem, particularmente ao longo da fronteira com a Nigéria. 50.000 Pessoas fugiram da região Níger Diffa, e cerca de 700-1.000

pessoas entram em Diffa todas as semanas. Se o actual ritmo de chegadas se mantiver, este número poderá elevar-se a 100.000 no final do ano. O Níger continua a acolher 50 mil refugiados do Mali. Em Maio de 2014, o Mali, o Níger e o ACNUR assinaram um acordo Tripartido sobre o repatriamento de refugiados do Mali. O acordo apoia o regresso voluntário e espontâneo de refugiados do Mali.

23. No **Mali**, tem havido regressos consideráveis para o Norte, tendo 196.000 pessoas regressado a Gao e Timbuktu. A maioria destes repatriados são Pessoas Deslocadas Internamente. Este influxo poderá exercer uma pressão adicional sobre recursos limitados. Houve no entanto o ressurgimento da actividade terrorista e de confrontos interétnicos, o que intensifica ainda mais necessidades humanitárias na região. O número total de deslocados internos é de 187.000 pessoas, enquanto um número adicional de 143.000 pessoas permanece na situação de refugiados na Mauritânia (59.100), Níger (50.000), Burkina Faso (32.170) e Argélia (1.500). Regista-se uma deterioração preocupante na situação de segurança alimentar, depois da redução da produção de cereais na estação agrícola de 2013/14 causada pelo atraso da chegada das chuvas e da sua irregularidade. Um número estimado de 3.3 milhões de pessoas enfrentaram a situação de insegurança alimentar em 2014, e entre estas 1.5 milhões pessoas necessitam de assistência alimentar imediata no Mali.

24. Uma Estratégia de Regresso e Reintegração regional foi desenvolvida como parte do Plano de Resposta Estratégico das Nações Unidas para o Sahel e a Estratégia Acelerada do Governo para o Norte do Mali. Em Maio de 2014, o ACNUR e os Governos de Mali e do Níger assinaram um acordo Tripartido em preparação para o repatriamento voluntário, uma vez que a situação de segurança seja considerada suficientemente melhorada. Entretanto, o Gabinete continuará a trabalhar para a melhoria das condições nas zonas de regresso, centrando-se numa abordagem baseada na comunidade **que promova a coesão social**.

25. Na **Nigéria**, perante a escalada de violência no nordeste do país, mais de 75.000 pessoas fugiram através da fronteira dos Camarões, Chade e Níger¹⁴. Desde o ano passado, o grupo insurgente Boko Haram intensificou a sua campanha visando aterrorizar, matar e sequestrar civis nos Estados de nordeste da Nigéria de Adamawa, Borno e Yobe. As Agências Humanitárias esperam que o número de pessoas a fugir para os três países vizinhos possa exceder 95.000 até o final do ano¹⁵. Mais de 62.000 pessoas encontraram refúgio na região Diffa do Níger desde o início de 2014, de acordo com IRC. Esta população está espalhada por mais de 140 cidades, aldeias e ilhas no Lago Chade. A crise de Nigéria continua também a afectar os Camarões que agora acolhe cerca de 44.000 refugiados

¹⁴Notas do ACNUR, Setembro de 2014

¹⁵Ibid

nigerianos¹⁶. Além disso, as autoridades nigerianas solicitaram um apoio do ACNUR que visa dar uma melhor protecção às quase 650.000 pessoas deslocadas internamente nos seis Estados do nordeste.

REGIÃO DA ÁFRICA ORIENTAL

Iniciativa Global para os Refugiados Somalis

26. Uma reunião ministerial, co-presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia Dr. Teodros Adhanom, o Comissário da UA para os Assuntos Políticos, Dr. Aisha L. Almeida e o Alto-comissário das NU para os Refugiados António Guterres, foi realizada em Adis Abeba a 20 de Agosto de 2014, tendo em vista reafirmar o compromisso relativo à busca de soluções para os refugiados somalis e para exortar a comunidade internacional a ajudar o governo Somali nos seus esforços de restaurar a paz e o progresso. 'O Compromisso de Adis Abeba para os Refugiados somalis' foi adoptado durante a reunião Ministerial, na qual participaram os Ministros de Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Uganda e Iémen, cujos países em conjunto acolhem quase 1 milhão de refugiados Somalis. Cerca de outro 1 milhão de Somalis continuam deslocados dentro da Somália. Os participantes concordaram em trabalhar com parceiros nacionais, regionais e internacionais de forma coordenada para honrar os compromissos renovados. Questões de desenvolvimento, governação e segurança foram salientadas. A comunidade internacional foi chamada a honrar o compromisso renovado e a trabalhar em conjunto para uma vida com mais significado para os refugiados Somalis.

SUDÃO DO SUL

27. O sofrimento das pessoas durante este conflito que dura há um ano tem sido intenso. O conflito devastou a actividade económica, impediu a prática da agricultura e enfraqueceu a prestação de serviços sociais básicos. O número total de refugiados Sudaneses do Sul que entraram na Etiópia desde a eclosão do conflito em meados de Dezembro de 2013 excede agora 191.000 indivíduos, e o número continua a aumentar diariamente. Cerca de 100 refugiados continuam a atravessar para Etiópia por dia, principalmente através do ponto de entrada da fronteira de Burbiey, a partir do Alto Nilo e Estados de Jonglei no Sudão do Sul. Os recém-chegados citam a insegurança, incluindo combates esporádicos entre as forças governamentais e os rebeldes e a insegurança alimentar como razões para a sua fuga.

28. As fronteiras da Etiópia permanecem abertas aos requerentes de asilo. A população de refugiados do Sudão do Sul tornou-se o maior grupo de refugiados na

¹⁶ Notas do ACNUR, Outubro de 2014

Etiópia, superando a população de refugiados Somalis. Uma resposta multilateral liderada pelo governo da Etiópia e pelo ACNUR presta assistência e protecção a estes refugiados. A Etiópia é actualmente o país Africano com o maior número de refugiados com mais de 600.000 refugiados, ultrapassando o Quênia.

29. Um total de 153,770¹⁷ refugiados Sul-sudaneses tem beneficiado de assistência no Uganda desde que o afluxo começou em meados de Dezembro de 2013, enquanto um número semelhante de Sudaneses do Sul também procuraram refúgio no campo de Kakuma, no noroeste do Quênia.

30. Em Outubro de 2014, o **Governo da Tanzânia** anunciou que tinha resolvido os quase quatro anos de interrupção da implementação da decisão sobre a naturalização dos restantes processos de 1972 refugiados burundianos. O Governo irá igualmente iniciar o processo de naturalização de muitos dos filhos dos referidos refugiados, beneficiando cerca de 200¹⁸ mil pessoas ao todo. Esta é a primeira vez na história do ACNUR que a naturalização é oferecida como solução para um grupo tão grande de refugiados numa situação prolongada num país de primeiro asilo. Informou igualmente que os novos cidadãos seriam autorizados a permanecer nos campos de refugiados, onde podem exercer os seus direitos como cidadãos da Tanzânia, ou a movimentarem-se para qualquer outra parte do país, se assim o desejarem. É a primeira vez que a naturalização é oferecida como solução a um grupo tão grande de refugiados. A Tanzânia concedeu anteriormente, em 1982, a naturalização de cerca 32.000 refugiados ruandeses, enquanto em 2011 concedeu a naturalização a mais de 162.000 refugiados burundianos de 1972. Em Fevereiro deste ano concluiu mais uma vez, a naturalização de cerca de 3.000 refugiados somalis, que tinham fugido da Somália em 1991, após a queda do regime de Said Barre. A Tanzânia acolhe igualmente cerca de 60.000 refugiados da República Democrática do Congo¹⁹.

REGIÃO DA ÁFRICA CENTRAL

31. Na **República Centro-Africana**, a violência eclodiu de novo em meados de Outubro em partes da capital, Bangui, contra civis e trabalhadores das agências humanitárias. A agitação foi supostamente provocada por um ataque a Granada em Gobongo no 4º distrito de Bangui a 07 de Outubro, tendo matado quatro pessoas. Estes eventos foram seguidos de ataques a civis que deixou cerca de nove civis mortos e 55 feridos. Informações iniciais dão conta que recentemente 6.500 pessoas se encontravam em situação de deslocadas, mas o número pode ser muito maior, dado que não há nenhum acesso aos locais onde as pessoas deslocadas se encontram²⁰.

¹⁷ ACNUR Uganda; Relatório sobre Refugiados & Requerentes de Asilo, 01 de Dezembro de 2014

¹⁸ Novas Histórias, ACNUR, Outubro 2014

¹⁹ Ibid

²⁰ Centro de Notícias das NU, Outubro de 2014

32. Mais de 357.000 refugiados da RCA encontram-se refugiados nos Camarões, Chade, República Democrática do Congo e Congo, desde o início da crise, em Dezembro de 2012. Cerca de 160.000 dos referidos refugiados fugiram a partir de Dezembro de 2013, após os confrontos se terem intensificado entre a aliança Seleka e milícia anti-Balaka²¹. Existem cerca 438.500²² pessoas deslocadas internamente na República Centro Africana, incluindo mais de 125.000²³ pessoas em 34 locais em Bangui. A saída, principalmente de refugiados muçulmanos, continua a partir da República Centro-Africana, e a maioria das pessoas afectadas quando chegam ao seu primeiro país de asilo estão severamente enfraquecidas.

33. Na República do Congo, em Julho de 2014, um comboio de veículos que transportava 81 refugiados da RDC que viviam na República do Congo atravessou a fronteira República Democrática do Congo, assinalando o fim de cinco anos de exílio para o grupo e o final ao repatriamento voluntário de refugiados congolezes da República do Congo. Este grupo é o último dos 119.000 refugiados da RDC a ser repatriado da República do Congo com a ajuda do ACNUR desde Maio de 2012. Este grupo encontrava-se entre as 160 mil pessoas que fugiram para os países vizinhos – 140.000 para a República do Congo e 20.000 para a República Centro-Africana – quando os confrontos eclodiram entre as comunidades de Munzaya e Enyele sobre direitos de pesca tradicionais na província de Equatorial da RDC em 2009. Desde então, os refugiados têm vivido em áreas isoladas ao longo de um trecho de 600 km do Rio Oubangui, que separa a República do Congo do RDC. Uma vez em casa, os repatriados beneficiam de programas de reintegração que oferecem cuidados de saúde, educação, actividades geradoras de rendimento, *kits* de habitação e construção de furos de água. Existem também campanhas de esclarecimento para promover a coexistência pacífica entre as comunidades.

34. O **Chade** continuou afectado pelas deslocações de populações e pela insegurança alimentar no segundo semestre de 2014. A insegurança em Darfur, na República Centro-Africana e no nordeste da Nigéria que criou um afluxo de refugiados e repatriados para o país exerceu uma pressão na capacidade de resposta das populações, bem como nas infra-estruturas locais como bombas de água/ furos de água, salas de aulas e estruturas de saúde. Além disso, a crise na Líbia esteve na origem do regresso de mais de 150.000 trabalhadores migrantes chadianos às suas zonas de origem ou de trânsito, principalmente para zonas já com alto risco de insegurança alimentar. Cerca de 100.000 pessoas procuraram refúgio no Chade, em fuga da violência no RCA, incluindo 12.000 refugiados e 900 nacionais de países terceiros²⁴. O Governo do Chade estabeleceu mecanismos

²¹ Notas do ACNUR, Julho de 2014

²² IDMC, Janeiro de 2015

²³ Ibid

²⁴ ACNUR, 2014

para ajudar os repatriados e os deslocados internos a estabelecerem-se. O Governo está igualmente a trabalhar num plano de médio e longo prazos para reintegrar cerca de 60.000²⁵ nacionais Chadianos que regressaram da RCA para os níveis social e económico da sociedade Chadiana. Estas pessoas emigraram para a RCA há duas ou três gerações e a maioria perdeu os laços com as suas vilas de origem, e já não possuem ligações familiares que constituam uma base fiável. A visão do governo é aproveitar as competências e experiências já adquiridas por estes repatriados para ajuda-los a construir o seu futuro no Chade. De 20 a 24 de Outubro de 2014, esta visão foi apresentada e debatida durante um retiro interministerial com a participação de intervenientes chaves dos ministérios, agentes humanitários e de desenvolvimento. Após este retiro um Comité teve a tarefa de estabelecer e concluir o plano.

35. Entre o final de Agosto e o final de Outubro, 172 casos de cólera, dos quais dez foram fatais, foram registados nas regiões de Mayo Kebbi Ouest e Lac. Uma resposta médica abrangente foi levada a cabo por intervenções WASH (Água, Saneamento e Higiene). No início de 2015 será realizada a primeira campanha de vacinação de cólera no Chade nas zonas de mais risco.

36. De acordo com resultados recentes de um Levantamento de Avaliação e Monitorização Padrão de Transições de Ajudas de Emergência (SMART) sobre a mortalidade nutricional e retrospectiva, as taxas de desnutrição nas zonas do Sahel do Chade permaneciam acima dos 15% do nível de emergência em quase metade do total dos distritos²⁶. O Levantamento foi realizado conjuntamente pela UNICEF e pelo Ministério da Saúde em Agosto e Setembro e financiado e pela ECHO. Os resultados foram aprovados a 28 de Novembro de 2014.

REGIÃO SUL

37. A região Sul é uma das regiões que tem vários casos de requerentes de asilo, incluindo movimentos migratórios mistos e que também continua a acolher milhares de refugiados, principalmente da República Democrática do Congo e Somália e alguns remanescentes do Burundi e do Ruanda. A busca de Soluções duradouras para os restantes refugiados de Angola através do repatriamento voluntário ou integração local continuou no primeiro semestre de 2014. No que se refere aos refugiados Ruandeses, apenas quatro países – Malawi, República do Congo, Zimbabué e Zâmbia invocaram oficialmente as cláusulas de cessação dos refugiados Ruandeses recomendadas pelo ACNUR que põe em evidência o compromisso de vários governos de pôr termo a esta situação de refugiados que

²⁵ Boletim Humanitário do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA), Edição nº6, 2014

²⁶ Boletim Humanitário do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA), Edição nº6, 2014

dura há muito tempo. No entanto, alguns países como a República Democrática do Congo, o Uganda e a África do Sul ainda não invocaram a cessação por várias razões, incluindo a falta de soluções claras, definidas e duradouras para os antigos refugiados.

38. Alguns países da região foram afectados por múltiplas, repetidas e agravadas catástrofes naturais, que minaram a capacidade das populações afectadas de recuperarem totalmente. Madagáscar foi particularmente afectado durante este período, sendo este país propenso a riscos múltiplos, incluindo ciclones, insegurança alimentar e pragas, além de insegurança localizada. Em Março, o Ciclone Hellen atingiu Madagascar, afectando mais de 2.400 pessoas, destruindo perto de 200 casas e inundando mais de 2.000 hectares de arrozais. A agricultura tem sido particularmente atingida pelas inundações, o que pode ter um impacto na insegurança alimentar nos próximos meses. Isto, associado às pragas de gafanhotos, continua a ser uma ameaça à segurança alimentar e aos meios de subsistência.

39. A situação de segurança alimentar na maioria da África Austral foi relativamente estável durante o segundo semestre deste ano, embora algumas partes da região tenham enfrentado uma grave insegurança alimentar. As constatações das avaliações de vulnerabilidade nacional de 2014 publicadas em Julho FEWS NET indicam uma diminuição dos níveis de insegurança alimentar em toda a região, mostrando que o número de domicílios que enfrentam a insegurança alimentar diminuiu significativamente desde o ano passado e a média de cinco anos diminuiu de 52% para 45% por cento, respectivamente, atribuídos na maior parte ao aumento da produção em toda a região²⁷ Espera-se que as necessidades de ajuda humanitária sejam mínimas em toda a região. No entanto, espera-se que as distribuições de ajuda alimentar de emergência continuem nas zonas da região afectadas pela inundação e pelo ciclone, especialmente em **Madagáscar** e vários distritos das principais bacias hidrográficas de **Moçambique**.

Abordagem da Condição de Apátrida

40. A CUA, em colaboração com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, o ACNUR e a Fundação *Open Society* (OSF), lançaram o desenvolvimento de um Protocolo sobre o Direito à Nacionalidade. Além disso, o Comité Africano de Peritos para os Direitos e Bem-estar da Criança emitiu um Comentário Geral sobre o Artigo 6º da Carta Africana dos Direitos e o Bem-estar da Criança, relativo ao registo de nascimento, garantindo assim que questões como o registo de nascimento de refugiados e nacionalidade sejam incluídos. A União Africana também está presentemente a liderar um processo de Registo Civil e Estatísticas Vitais, destacando a importância do Registo Civil e a necessidade de

²⁷ Relatório da FEWS NET, Julho- Dezembro de 2014

modernizar o processo de registo civil, tais como o registo de nascimento. Isso irá garantir o acesso das crianças a direitos humanos básicos, incluindo, mas não limitado a, direito a uma nacionalidade, educação e cuidados de saúde.

IV. VISITAS DA COMISSÃO DA UA NO TERRENO

41. Em Novembro, o Comissário para os Assuntos políticos Dra. Aisha Abdullahi liderou conjuntamente uma missão de Parceria Alto nível ao Chade para consciencializar sobre o sofrimento humano e apelar para um maior envolvimento da comunidade internacional no Chade. A missão foi co-liderada pela Comissão da União Africana e a pela Organização de Cooperação islâmica e coordenada pelo Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos e Assuntos Humanitários. A missão era composta por uma ampla coligação de Estados-Membros (Kuwait, Qatar, Turquia, Arábia Saudita, África do Sul, Azerbaijão, Alemanha e EUA), organizações regionais (Liga dos Estados Árabes) e parceiros de Organizações Não-governamentais e instituições de caridade de vários diferentes Estados do Golfo. O objectivo da missão foi consciencializar sobre o sofrimento humano causado pela insegurança alimentar e desnutrição na zona de Sahel, bem como o impacto devastador dos movimentos de população devido à violência na República Centro-Africana e outros países vizinhos. Os efeitos da insegurança alimentar e o impacto do movimento da população devido à violência são claramente visíveis no Chade. No início de 2014, cerca de 150.000 pessoas fugiram para o Chade como consequência da violência na RCA e continuam a necessitar de assistência humanitária²⁸. Além disso, no Chade, 2.6 milhões de pessoas – um quarto da população- vivem em situação de insegurança alimentar e mais de 63.000 crianças são desnutridas. A missão foi também uma oportunidade para entender as actividades humanitárias multilaterais sem apoio em coordenação com os intervenientes locais e nacionais e explorar outras formas de colaboração e apoio em parceria com o governo do Chade, as estruturas de coordenação humanitária multilateral e além; Estimule a maior mobilização de recursos para as necessidades não satisfeitas no Chade. 6 Milhões de pessoas – um quarto da população-estão vivendo em insegurança alimentar e mais de 63. 000 Crianças são desnutridas²⁹. A missão foi também uma oportunidade para entender as actividades humanitárias multilaterais sem apoio em coordenação com os intervenientes locais e nacionais; explorar outras formas de colaboração e apoiar o governo do Chade através da parceria, as estruturas de coordenação humanitárias multilaterais e além; Estimular uma maior mobilização de recursos para as necessidades não satisfeitas do Chade.

²⁸Gabinete de
Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA) Novembro de 2014

²⁹ Gabinete de
Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA), Julho de 2014

V. DESAFIOS E VIA A SEGUIR

42. O relatório centrou-se nos vários desafios humanitários em África, incluindo catástrofes cada vez mais frequentes e mais destrutivas; catástrofes súbitas -tais como a epidemia de Ebola, instabilidade permanente, e conflitos armados que impedem o regresso das pessoas deslocadas; resiliência enfraquecida; e ocorrência de novas e repetidas deslocações de populações; insegurança alimentar permanente; exposição a múltiplos riscos; movimentos de migração irregulares perigosos; assim como a reconstrução pós-conflito e desenvolvimento.

43. Em África, o direito de solicitar e obter asilo é amplamente respeitado, tendo cerca de 3 milhões de refugiados encontrado, no exílio, a segurança e a protecção que era inacessível nos seus países. A generosidade dos países de acolhimento em África é excelente, tendo estes demonstrados tradições antigas no que respeita a hospitalidade e generosidade. No entanto, nos últimos anos alguns valores fundamentais têm sido desafiados com a ocorrência de casos de 'repulsão', bem como de difícil acesso de agências humanitárias às pessoas em dificuldade.

44. Os Estados-Membros têm que avançar para enfrentar estes desafios humanitários urgentes, incluindo o desafio das deslocações forçadas, em conjunto com os Parceiros da União Africana, as agências humanitárias e em colaboração com as Comunidades Económicas Regionais (CER) e organizações da Sociedade Civil. Além do imperioso curto prazo da acção humanitária eficaz, é importante que os EM abordem igualmente as raízes do problema e a implementação de soluções holísticas.

45. As prioridades devem incluir:

- O desenvolvimento do Protocolo da União Africana sobre Apatridia, pois é do interesse geral do povo em todo o continente que África reconheça, assegure e facilite o exercício do direito à nacionalidade por todas as pessoas no continente, bem como assegure que ninguém seja exposto a apatridia.
- A adopção do Quadro de Política Humanitária, que define a abordagem estratégica e as directrizes para o apoio aos objectivos fundamentais da acção humanitária: preservar, proteger e salvar vidas, aliviar o sofrimento e reforçar a segurança física e a dignidade humana. O Quadro complementa e apoia as políticas humanitárias dos Estados-membros da UA, Comunidades Económicas Regionais (CER), comunidade internacional, agências das Nações Unidas, Cruz Vermelha, Movimento do Crescente Vermelho, ONG nacionais e internacionais e de outros actores e intervenientes humanitários.

- A adopção do Quadro Africano de Gestão de Catástrofes, que visa definir os princípios orientadores e a estrutura de gestão de catástrofes em África, através da apresentação das estruturas institucionais, funções, responsabilidades, autoridades e os principais processos necessários para alcançar uma abordagem coordenada, coerente e consistente de gestão de catástrofes em África. Além disso, visa fornecer mecanismos eficazes que permitam uma redução significativa de perda de vidas humanas e de recursos socioeconómicos e ambientais em África como resultado de catástrofes.
- A iniciativa Plataforma Africana de Gestores de Catástrofes (ADMAP) é um esforço colectivo da União Africana, CER, Plataformas Regionais de Gestores de Catástrofes e Gestores Nacionais de Catástrofes em África. Embora várias regiões tenham estabelecido as suas plataformas, verificou-se que outras regiões ainda não o fizeram. A plataforma servirá como um quadro continental especializado de Alerta Prévio de Catástrofes, Intervenções Atempadas e Resposta Rápida, bem como contribuir para a Operacionalização da Política da UA de Gestão de Catástrofes (DMP).
- A posição comum africana sobre as suas prioridades humanitárias, para apresentação durante a Cimeira Mundial de Ajuda Humanitária, a ser realizada em Istambul, Turquia, em 2016.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Report of the sub-committee on refugees, returnees and Idps (July - December 2014)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4618>

Downloaded from African Union Common Repository